

# INFORME JURÍDICO

ANO XXV

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

31/MAIO/2021

## **PGFN disciplina encaminhamento de créditos para inscrição em dívida ativa**

**Portaria publicada nesta quarta-feira (26) dispõe sobre o encaminhamento de créditos para inscrição em dívida ativa da União**

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-pgfn/me-n-6.155-de-25-de-maio-de-2021-322100018>

## **STF PODERÁ LIVRAR CONTRIBUINTES DE CONTA BILIONÁRIA DO TERÇO DE FÉRIAS**

Entendimento adotado por ministros no caso da exclusão do ICMS beneficia empresas

[Leia mais ...](#)

## **INCIDÊNCIA DO IR SOBRE OS RESULTADOS FINANCEIROS VERIFICADOS NA LIQUIDAÇÃO DE CONTRATOS DE SWAP PARA FINS DE HEDGE (TEMA 185 RG)**

O plenário virtual do STF iniciou no dia 28/05/2021 o julgamento do RE 1224696/SP, Relator(a): MARCO AURÉLIO que trata da constitucionalidade da técnica de recolhimento do imposto de renda na fonte, prevista no artigo 5º da Lei 9.779/99, no caso de resultado financeiro verificado na liquidação de contratos de swap para fins de hedge.

O julgamento deve ser concluído em 07/06/2021.  
Fonte: informativo do STF, Edição 1018/2021.

## **APROPRIAÇÃO DE CRÉDITOS DE PIS E COFINS NA AQUISIÇÃO DE DESPÉRCIOS, RESÍDUOS OU APARAS (TEMA 304 RG)**

O plenário virtual do STF iniciou no dia 28/05/2021 o julgamento do RE 607109/PR Relator(a): ROSA WEBER que questiona à luz dos artigos 170, IV, VI e VIII, e 225, da CF, sobre a possibilidade, ou não, de serem apropriados os créditos de PIS e COFINS na aquisição de desperdícios, resíduos ou aparas.

O julgamento deve ser concluído em 07/06/2021.  
Fonte: informativo do STF, Edição 1018/2021.

## **FUNDO DE EXECUÇÕES TRABALHISTAS**

O plenário virtual do STF iniciou no dia 28/05/2021 o julgamento da ADO 27/DF, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, em que se examinará suposta omissão legislativa na

elaboração de norma que crie o fundo de garantia de execuções trabalhistas a que se refere o artigo 3º da Emenda Constitucional 45/2004.

O julgamento deve ser concluído em 07/06/2021.  
Fonte: informativo do STF, Edição 1018/2021.

VIRTUAL EM 28/05/2021 a 07/06/2021

### **COMPARTILHAMENTO DE DADOS DO SISTEMA BRASILEIRO DE INTELIGÊNCIA (SISBIN)**

O plenário virtual do STF iniciou no dia 28/05/2021 o julgamento da ADI 6529/DF Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, em que se fará o exame das hipóteses de fornecimento de dados e conhecimentos específicos pelos órgãos componentes do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) à Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

O julgamento deve ser concluído em 07/06/2021.  
Fonte: informativo do STF, Edição 1018/2021.

### **IMPOSTO SOBRE HERANÇAS E DOAÇÕES DO EXTERIOR**

O plenário virtual do STF, iniciou no dia 28/05/2021 o julgamento da ADI 6821 MC-Ref/MA, ADI 6824 MC-Ref/RO, ADI 6826 MC-Ref/RJ, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, em que se questiona a constitucionalidade de leis estaduais que disciplinam o imposto sobre doações e heranças provenientes do exterior (ITCMD). Jurisprudência: RE 851108.

O julgamento deve ser concluído em 07/06/2021.  
Fonte: informativo do STF, Edição 1018/2021.

### **LEI DE LAVAGEM DE DINHEIRO**

O plenário virtual do STF, iniciou no dia 28/05/2021 o julgamento da ADI 4906/DF Relator(a): NUNES MARQUES que irá julgar a constitucionalidade do artigo 17-B da Lei 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), com redação dada pela 12.683/2012, que permite que autoridades policiais e o Ministério Público tenham acesso, sem prévia autorização judicial, a informações cadastrais de investigados mantidas por empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet, administradoras de cartão de crédito e pela Justiça Eleitoral.

O julgamento deve ser concluído em 07/06/2021.  
Fonte: informativo do STF, Edição 1018/2021.

## **TRÉGUA FISCAL**

### **PARECER DA PGFN BUSCA FACILITAR A APLICAÇÃO DA NÃO INCIDÊNCIA DE ICMS NO PIS/COFINS**

25 de maio de 2021, 22h18  
Por Ana Luisa Saliba

Após a modulação dos efeitos da decisão do STF que retirou o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) elaborou parecer com orientações preliminares à Receita Federal, visando iniciar adequação normativa e procedimental para viabilizar o cumprimento da tese fixada. O mérito da questão foi decidido em 2017 pelo Supremo, mas foi apenas no último dia 13 que os efeitos dessa decisão foram modulados, assentando-se que valem

a partir de 15 de março de 2017 — ressalvadas as ações e procedimentos judiciais e administrativos protocolados até a mesma data.

[Leia mais ...](#)

## POLÊMICA TRIBUTÁRIA

### **MODULAÇÃO DA 'TESE DO SÉCULO' GERA DÚVIDAS SOBRE CASOS QUE TRANSITARAM EM JULGADO**

Por Ana Luisa Saliba

O Supremo Tribunal Federal terminou no último dia 13 o julgamento sobre a modulação dos efeitos da decisão que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins (RE 574.706), a chamada "tese do século". Segundo a modulação, os efeitos da exclusão valem desde 15 de março de 2017 — data em que os ministros decidiram o mérito no Plenário da corte. Mas foram ressalvados ações ou procedimentos administrativos protocolados até a data citada.

[Leia mais ...](#)

### **BANCOS E GESTORAS INVESTEM BILHÕES DE REAIS EM CRÉDITOS DE PIS E COFINS**

Negociações com contribuintes envolvem deságios que podem chegar a 90%

[Leia mais ...](#)

## PESQUISAS SOBRE MARIELLE

### **STF DEVE JULGAR QUEBRA DE SIGILO TELEMÁTICO COM REPERCUSSÃO GERAL**

O Supremo Tribunal Federal formou maioria para reconhecer a repercussão geral de um recurso extraordinário sobre quebra de sigilo de dados telemáticos. A impugnação foi interposta pela Google contra decisão que determinou o fornecimento de informações sobre buscas relacionadas à vereadora Marielle Franco, do Rio de Janeiro, em datas próximas ao seu assassinato.

[Leia mais ...](#)

### **INADIMPLÊNCIA DO USUÁRIO NÃO AFASTA A INCIDÊNCIA DO ICMS SOBRE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES**

Maioria do STF destacou caráter tributário da relação jurídica entre a prestadora do serviço de telecomunicações e o Fisco.

[Leia mais ...](#)

## STF

### **STF JULGA SE HÁ OMISSÃO DO CONGRESSO EM INSTITUIR FUNDO DE EXECUÇÕES TRABALHISTAS**

Funget está previsto na Constituição como garantia para que trabalhadores recebam valores determinados pela Justiça

[Leia mais ...](#)

### **STF DEFINE QUE AÇÃO CIVIL PÚBLICA PODE CONTESTAR DESAPROPRIAÇÃO APÓS EXPIRADO PRAZO DA RESCISÓRIA**

Segundo o Tribunal, a utilização da ação civil pública no questionamento de sentença já transitada em julgado só vale para o caso de desapropriação.

[Leia mais ...](#)

### **STF ALTERA LEI DAS AÇÕES CIVIS PÚBLICAS**

Há muito que o enunciado do artigo 16 inquietava não apenas os que militam em favor de direitos difusos e coletivos, mas também o próprio Judiciário

[Leia mais ...](#)

### **CONCENTRADO CONTROLE**

### **CNC QUESTIONA OBRIGATORIEDADE DE PAINEL COM VALOR DE TRIBUTOS EM POSTOS DE COMBUSTÍVEIS**

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) ajuizou no Supremo Tribunal Federal uma ação direta de inconstitucionalidade contra dispositivo do Decreto 10.634/2021, da Presidência da República, que obriga os postos de combustíveis a informar os valores estimados de tributos das mercadorias e dos serviços oferecidos por meio de painel afixado em local visível. O relator da ação é o ministro Ricardo Lewandowski.

[Leia mais ...](#)

### **AGU RECORRE AO STF PARA DERRUBAR MEDIDAS RESTRITIVAS DE TRÊS ESTADOS**

Ação pede derrubada de decretos do RN, PE e do PR

Por Agência Brasil - Brasília

A Advocacia-Geral da União (AGU) entrou hoje (27) com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender medidas restritivas de lockdown e toque de recolher adotadas por três estados na pandemia de covid-19.

[Leia mais ...](#)

### **STF VALIDA LEI DO RJ QUE PROÍBE TESTES EM ANIMAIS NA INDÚSTRIA DE HIGIENE PESSOAL E LIMPEZA**

Para a maioria do Plenário, as regras estão dentro da competência dos estados para legislar sobre proteção ao meio ambiente e ao consumidor.

[Leia mais ...](#)

VIDA TODA

### **STF DECIDE SE, EM PREVIDÊNCIA, DEVE SER ASSEGURADO O BENEFÍCIO MAIS VANTAJOSO**

O Supremo Tribunal Federal já agendou o julgamento do recurso com potencial de influenciar diretamente a vida e os benefícios de milhares de aposentados e pensionistas do INSS. A Corte marcou entre os dias 4 e 11 de junho o julgamento, no plenário virtual, da chamada "revisão da vida toda", que poderá validar o aumento nas aposentadorias e pensões de segurados. Discute-se a aplicação da regra mais vantajosa aos beneficiários da Previdência Social que tiveram contribuições anteriores a julho de 1994, período que coincide com o Plano Real.

[Leia mais ...](#)

### **STJ DISCUTE USO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA TEMA TRIBUTÁRIO**

Ministros poderão fazer uma distinção no entendimento consolidado do Judiciário

Leia mais ...7

### **STJ VAI DISCUTIR DEFESA EM EXECUÇÃO FISCAL**

Uma decisão do ministro Gurgel de Faria, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), abriu caminho para o contribuinte discutir a melhor forma para contestar decisão da Receita Federal

[Leia mais ...](#)

MUDANÇA RADICAL

### **JUSTIÇA PODE IMPOR MULTA PARA COAGIR EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS, DIZ STJ**

Por Danilo Vital

Na vigência do Código de Processo Civil de 2015, é possível ao Judiciário impor às partes multa periódica coercitiva para exibição de documentos ou coisa, conforme previsão do parágrafo único do artigo 400.

[Leia mais ...](#)

CRITÉRIO LEGAL X ECONÔMICO

### **FLUXO DE CAIXA DESCONTADO NÃO SERVE PARA APURAR HAVERES EM RETIRADA DE SÓCIO**

Por Danilo Vital

Na omissão do contrato social quanto ao critério de apuração de haveres no caso de dissolução parcial de sociedade, o valor da quota do sócio retirante deve ser avaliado pelo critério patrimonial mediante balanço de determinação. O método do fluxo de caixa descontado não serve para tais conclusões.

[Leia mais ...](#)

## NATUREZA REMUNERATÓRIA

### **VALORES DE HORAS EXTRAS INTEGRAM BASE DE CÁLCULO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA, DIZ STJ**

Por Danilo Vital

Os valores recebidos a título de horas extras trabalhadas devem integrar a base de cálculo do valor da pensão alimentícia, pois possuem natureza remuneratória e geram acréscimo patrimonial, aumentando as possibilidades do alimentante.

[Leia mais ...](#)

## MEDICAMENTOS

### **STJ NEGA ANULAÇÃO DE MARCA DE MEDICAMENTO COM NOME SEMELHANTE AO NEBACETIN**

Para a 4ª Turma, prefixo nas marcas de Nebacetin e Nebacimed deriva do princípio ativo dos medicamentos

[Leia mais ...](#)

## RECURSO REPETITIVO

### **PRIMEIRA SEÇÃO VAI DEFINIR SE FAZENDA PODE HABILITAR EM FALÊNCIA CRÉDITO OBJETO DE EXECUÇÃO FISCAL**

Sob o rito dos recursos repetitivos, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai definir a "possibilidade de a Fazenda Pública habilitar em processo de falência crédito tributário objeto de execução fiscal em curso".

[Leia mais ...](#)

## ESPECIAL

### **O DIREITO DE PERMANÊNCIA EM PLANO DE SAÚDE PARA APOSENTADOS E DEDITIDOS SEM JUSTA CAUSA**

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Para cumprir o mandamento constitucional, o poder público pode prestar os serviços diretamente ou por meio de terceiros, inclusive de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Nesse contexto, os planos e seguros de saúde proporcionam aos seus beneficiários a possibilidade de ter um atendimento, em geral, mais rápido e com mais qualidade do que o oferecido em instituições públicas, normalmente sobrecarregadas.

[Leia mais ...](#)

## CRÉDITOS MENORES

## **JUIZA SUSPENDE NORMA DA PGFN QUE LIMITOU PROPOSTAS DE TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Por José Higídio

Por entender que a norma extrapolou dispositivos da lei que regula o tema, a 9ª Vara Cível Federal de São Paulo suspendeu, em liminar, os efeitos de um trecho de uma portaria da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que impedia a transação tributária de créditos inferiores a R\$ 15 milhões.

[Leia mais ...](#)

## **INDEPENDENTEMENTE DA CAUSA**

### **COM IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS, CARF AFASTA COBRANÇA DE IRRF EM 35%**

Por José Higídio

Pagamentos feitos por pessoas jurídicas a beneficiários não identificados estão sujeitos à incidência do imposto de renda retido na fonte (IRRF) à alíquota de 35%. Porém, quando os beneficiários forem identificados, essa incidência deve ser afastada.

[Leia mais ...](#)

## **TRIBUNAIS AFASTAM COBRANÇA DE ITBI DE EMPRESAS DO SETOR IMOBILIÁRIO**

Adriana Aguiar

Duas recentes decisões de segunda instância ampliaram o alcance da imunidade de ITBI prevista para a transferência de imóvel por sócio para a composição de capital social de empresa. Os Tribunais de Justiça de São Paulo (TJ-SP) e do Ceará (TJ-CE) definiram que o benefício constitucional vale também para contribuinte com atividade preponderante imobiliária.

[Leia mais ...](#)

Tributo

## **EMPRESAS CONSEGUEM EXCLUIR DO PIS/COFINS CRÉDITO PRESUMIDO DO ICMS**

As decisões independem de alterações promovidas pela LC 160/17, com direito à compensação/restituição administrativa.

[Leia mais ...](#)

AJUSTE FISCAL

## **TJ-SP NEGA PEDIDO DE LIMINAR DA FIESP CONTRA AUMENTO DO ICMS**

Por Tábata Viapiana

Por vislumbrar a possibilidade de lesão aos cofres públicos, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo negou pedido de liminar da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) para suspender dispositivos do ajuste fiscal do governo de São Paulo, aprovado em 2020 pela Assembleia Legislativa.

[Leia mais ...](#)

### **COMISSÃO APROVA PROPOSTA QUE OBRIGA DIVULGAÇÃO DE TODOS OS TRIBUTOS DIRETOS EM NOTAS FISCAIS**

Por Fernando Olivan - Comunicação Fenacon

A proposta altera a Lei da Transparência Fiscal, que já prevê a divulgação dos principais tributos

[Leia mais ...](#)

### **RICARDO NUNES SANCIONA LEI QUE INSTITUI PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÍVIDAS NA CIDADE DE SP EM ATÉ 120 PARCELAS**

Programa inclui débitos atrasados de IPTU e ISS, entre outros tributos municipais, como os da Dívida Ativa. Valores mínimos de cada parcela são de R\$ 50 para pessoas físicas e R\$ 300 para pessoas jurídicas. Prazos de adesão ao PPI 2021 ainda não foram definidos.

[Leia mais ...](#)

### **BOLSONARO PROMULGA CONVENÇÃO ENTRE BRASIL E EMIRADOS ÁRABES UNIDOS**

Acordo elimina dupla tributação entre os dois países

Publicado em 26/05/2021 - 20:27 Por Pedro Rafael Vilela – Repórter da Agência Brasil\* - Brasília

[Leia mais ...](#)

### **RISCO DE CRÉDITO**

### **SERASA MUDA REGRAS PARA CÁLCULO DO SCORE E VALORIZA CONTAS EM DIA**

A Serasa, empresa de informações e análises para apoio a negócios, tem feito alterações no cálculo estatístico do seu score que mede o risco de crédito do consumidor. As contas pagas em dia terão mais peso do que dívidas antigas.

[Leia mais ...](#)

### **Cibernético**

### **LEI QUE TORNA CRIMES COMETIDOS PELA INTERNET MAIS GRAVES É SANCIONADA**



*Legislação fica mais rigorosa para furtos e estelionato na internet.*

sexta-feira, 28 de maio de 2021

[Leia mais ...](#)

---

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

*Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".*

---



---

Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui.](#)